

Governo adia definição da Comissão Constitucional

BRASÍLIA — As dificuldades do Governo para chegar à fórmula final do decreto de criação da Comissão Constitucional — que já foi alterado várias vezes — devem-se à determinação do Presidente José Sarney de que seu texto deixe claro que a finalidade da Comissão é contribuir com suas sugestões para o debate da Constituinte, e não impor à assembléia um anteprojeto governamental. A informação é de assessores que participaram das discussões sobre o decreto, que cogitavam até mesmo a substituição da palavra "anteprojeto" por "texto" em seus artigos, eliminando qualquer idéia de intromissão nos trabalhos da Constituinte.

O Ministro da Justiça, Fernando Lyra, que nos últimos dias foi diversas vezes ao Palácio do Planalto com o texto do decreto — e com ele retornou —, disse que as alterações de última hora são meramente "formais". Lyra esperava ser chamado ontem pelo Presidente para a assinatura e divulgação do decreto, que já tem uma nova versão, mas não chegou a manter contato com Sarney, o que deverá ser feito hoje ou amanhã.

Fernando Lyra, junto com o Chefe de

Gabinete, Cristóvam Buarque, e o Secretário-Executivo da Comissão, Mauro Santayana, trabalhou até a madrugada de ontem para encontrar a fórmula final do decreto, que deverá citar, nome por nome, os 49 integrantes da Comissão. Segundo o Ministro, as alterações foram feitas no texto do próprio decreto e não na exposição de motivos, pronta desde a semana passada. A exposição de motivos afirma textualmente que "não se cogita em elaborar um projeto governamental de constituição que signifique a tentativa de condicionar as decisões da futura Assembléia Nacional Constituinte". Segundo assessores, a intenção é não ferir susceptibilidades, principalmente no Congresso, que fará sua própria comissão.

O Ministro admitiu que é difícil encontrar os termos técnicos que expressem esta idéia no decreto, ao definir as funções da Comissão. Na última reunião realizada para fazer reparos ao decreto, no Ministério da Justiça, não havia nenhum jurista presente, já que o Procurador Geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, e o Consultor Jurídico, Marcelo Cerqueira, que participaram da elaboração do texto, estavam fora da cidade.

Além dos nomes definidos nos últimos dias, a Comissão deverá ser integrada por praticamente todos os 32 nomes indicados na lista de Tancredo Neves, pois, segundo estes assessores, não houve, até agora, nenhum "corte". A lista tinha 33 nomes, mas o jurista Vitor Nunes Leal faleceu após ser indicado. A relação de Tancredo, guardada por antigos auxiliares e divulgada pela imprensa há cerca de dois meses, é composta por: Fernando Henrique Cardoso, Paulo Brossard, Josaphat Marinho, Paulo Bonavides, João Paulo Pires de Vasconcelos, Edgard da Matta Machado, General Otávio Costa, José Francisco da Silva (Contag), Laerte Vieira, Dalmo Dallari, José Afonso Silva, Célso Borja, Fábio Konder Comparato, Pinto Ferreira, Xavier D'Albuquerque, Mauro Santayana (Secretário-Executivo), Seabra Fagundes, Rafael de Almeida Magalhães, Miguel Reale Junior, Celso Furtado, Arnaldo Malheiros, Joaquim Falcão, Eduardo Portella, Benedita da Silva, Gilberto de Ulhoa Canto, Evaristo de Moraes Filho, Cesar Saldanha de Souza Junior, Milton Santos, Carlos Alberto de Oliveira, Walter Barelli e Bolívar Lamounier.

1

Lyra diz que nomes serão divulgados hoje ou amanhã

BELO HORIZONTE — O Ministro da Justiça, Fernando Lyra, frustrou a expectativa dos meios políticos, deixando de anunciar, ontem, os nomes que compõem a Comissão Constitucional a ser nomeada pelo Presidente da República, José Sarney. Lyra, no entanto, prometeu para hoje ou amanhã, "dependendo de uma conversa com o Presidente," apenas, para acertar alguns detalhes, a comunicação da constituição do grupo de representantes da sociedade civil que encaminhará o debate sobre a Assembléia Nacional Constituinte.

Na palestra aos participantes da 37ª reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), o Ministro defendeu o modelo constituinte pelo qual o Governo optou "pelo fato de não ter havido ruptura, pelo Congresso Nacional estar aberto e em pleno funcionamento, e por submissão à realidade brasileira".

Lyra entende que a Constituinte deve ter três pontos fundamentais: consolidar e tornar perene a liberdade, modernização econômica e modernização social. Quanto ao caráter democrático desta Assembléia, Fernando Lyra acredita depender da sociedade saber escolher os que serão eleitos.

— Caso erremos — disse Lyra — vamos permitir a manutenção do conservadorismo e do atual status quo. Afinal, temos que ter sempre em mente

que vamos resolver tudo na Constituinte.

Desabafando para "uma plateia inteligente" que "é muito difícil ser Ministro da Justiça em um País onde não existe Justiça", Fernando Lyra afirmou que a Justiça, no Brasil, só existe para os ricos, ficando aos pobres reservado o banco dos réus. Para exemplificar as dificuldades que o Governo enfrenta, depois de enfatizar os avanços políticos e institucionais já alcançados e em andamento — como a legalização dos partidos clandestinos, convocação da Constituinte etc —, o Ministro da Justiça, voluntariamente, se propôs a traçar a diferença entre a Nova e a Velha República. Foi a primeira vez que arrancou aplausos de um auditório que ele mesmo classificou de "cético, às vezes frio e até sonolento".

— A única diferença — resumiu Fernando Lyra — é a esperança. No ano passado, teria sido expulso do mesmo recinto se falasse em Colégio Eleitoral. Hoje já debatemos livre e amplamente, como agora, com os cientistas, os problemas da sociedade. Esta é a diferença fundamental, a esperança — sintetizou o Ministro da Justiça.

Ainda sobre a Justiça, Lyra lamentou não ter podido "prender alguns criminosos de colarinho branco que roubaram dinheiro das cadernetas de poupança do povo em nome do Governo".

2

Amado e Ermírio entram na última hora para ampliar

BRASÍLIA — A inclusão, na última hora, de nomes como o do escritor Jorge Amado e do empresário Antônio Ermírio de Moraes, entre outros, na Comissão Constitucional, reflete a intenção do Governo de torná-la representativa de diversos segmentos da sociedade — conforme o desejo inicial do Presidente Tancredo Neves —, diante das críticas de setores como a OAB e o Congresso, de que a Comissão presidida por Afonso Arinos seria elitista e conservadora.

Ao longo dos últimos dois meses, antigos assessores de Tancredo defenderam a participação de setores mais progressistas e representativos na Comissão, opinião compartilhada pelo Ministro da Justiça, Fernando Lyra. Eles temiam que Afonso Arinos — com quem Lyra chegou a ter divergências sobre a Comissão — formasse uma Comissão apenas de juristas e que o Presidente Sarney optasse pela lista que lhe foi entregue pelo jurista. Ontem, no entanto, estes mesmos assessores pareciam satisfeitos, pois a Comissão "vai ser melhor do que se esperava".

Os nomes incluídos para dar um "equilíbrio de forças" na Comissão são os do escritor Jorge Amado, que já aceitou o convite, e do empresário Antônio Ermírio de Moraes, que afirmou sentir-se "honrado" com sua inclusão. Nesta mesma linha, aparece o nome do

professor e economista Cristóvam Buarque, atual Chefe de Gabinete do Ministro Fernando Lyra e provável futuro Reitor da UNB, cogitado mas ainda não confirmado. O Procurador Geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, também é considerado integrante da ala progressista da Comissão, mas sua participação, apesar de decidida nos últimos dias, já era cogitada por Tancredo Neves.

Apesar da predominância de juristas, que formam mais de metade da Comissão, — ontem, foi ventilado o nome de mais um, Celso Bandeira de Melo —, o Governo tem se preocupado, nos últimos dias, em "abrir o leque". Assim, a Comissão deverá contar também com a presença de um artista, ainda não confirmado, já que o primeiro a ser convidado, Paulo Autran, não aceitou a indicação. A Igreja também terá seu representante.

Além dos nomes incluídos na última hora, os defensores da maior representatividade da Comissão têm assegurada também a presença dos 33 integrantes indicados pelo Presidente Tancredo Neves. Dessa lista fazem parte três sindicalistas — Carlos Alberto de Oliveira (RJ), João Paulo Pires de Vasconcelos (MG) e José Francisco da Silva (Contag) —, a Vereadora Benedita da Silva (PT) e os economistas Celso Furtado e Walter Barelli.